

Impasse político retarda solução da dívida externa

William Waack

O governo brasileiro vai atacar os credores em leque. Planos econômicos, opções de pagamento da dívida e tática de negociação ainda estão sendo discutidos por uma equipe que mal ocupou os assentos. Definição só existe uma: é melhor resolver primeiro os débitos com governos e agências oficiais, para depois preocupar-se com os bancos comerciais. A todos o governo quer apresentar um conjunto de novas soluções.

Existe, porém, para negociadores e credores uma grande incógnita — a própria política interna brasileira. O impasse político retarda a adoção de qualquer tipo de medida econômica, e a dívida externa requer delicadeza especial. “Enquanto o Ulysses disser que o Bresser é ministro do Sarney e o Sarney repetir por aí que foi o Ulysses quem escolheu o Bresser, é difícil imaginar a implementação de qualquer estratégia de negociação”, comenta um bem informado deputado do PMDB, ligado à área econômica.

Cauteloso, o novo ministro da Fazenda rompeu o gelo com o FMI e estreitou relações com o Banco Mundial, cujos contatos com o lado brasileiro ficam agora a cargo de uma recém-criada Secretaria de Assuntos Internacionais (no lugar de uma Coordenadoria), chefiada pelo Embaixador Rubens Barbosa, diplomata com larga experiência em comércio internacional. O silêncio, porém, tem sido a principal ferramenta do ministro para acalmar o clima entre o Brasil e seus credores.

“Vocês da imprensa nem notam isso. Mas diariamente negociadores brasileiros estão em contato com bancos internacionais discutindo sobre bilhões de dólares. E o clima, nesse tipo de situação, é muito mais importante do que se pensa. De uns tempos para cá, melhorou muitíssimo e deu espaço para a gente respirar e pensar no que se vai fazer”, comenta um dos homens mergulhados na formulação da política econômica externa brasileira.

Com a equipe do novo ministro chegando e mesmo os altos escalões da burocracia estatal perplexos, à espera de algum tipo de definição política, ainda assim alguns assessores mantiveram constantes reuniões durante a semana passada. Não chegaram ainda a qualquer definição os participantes desse grupo, que inclui gente do Banco Central, Banco do Brasil e ministério da Fazenda. Nota-se a ausência do Itamarati e do Planalto, do qual, a saída do Embaixador Rubens Ricupero rumo a Genebra é considerada perda irreparável. É que sequer o papel da Comissão de Negociação da Dívida Externa, criada nos extertores na gestão Funaro e presidida pelo Embaixador Saraiva Guerreiro, ainda está claro.

Auditoria internacional —

Até agora as idéias colocadas sobre a mesa de discussão dos assessores — o ministro Bresser Pereira ainda não se pronunciou — partem de dois condicionantes centrais e de um só postulado. O Brasil estaria na posição de impor condições de pagamento mais favoráveis aos credores, mas precisa de um bom programa econômico interno e terá de se submeter a uma auditoria internacional. Cada vez menos envergonhados, os assessores governamentais dizem que o FMI poderia preencher essa última função — se o que eles consideram a ala esclarecida do PMDB na Constituinte for capaz de vender a idéia.

Desapareceu em relação aos bancos comerciais o sentido de urgência em iniciar qualquer tipo de entendimento formal. Os técnicos do governo acham que é necessário, em primeiro lugar, negociar com os governos

credores e (o que lembra um pouco Funaro) arrancar deles algum tipo de gesto político. Primeiro alvo dos negociadores brasileiros: o Eximbank, a agência oficial de exportação e importação americana, que continua fechada para o Brasil apesar do acordo formal obtido com o Clube de Paris em janeiro.

— Uma coisinha insignificante para eles, como um empréstimo ou financiamento de uns 300 milhões de dólares para o Brasil teria um efeito extremamente positivo no cenário internacional — resume um dos negociadores brasileiros.

O novo entendimento com o Clube de Paris depende bastante do teor do relatório que a missão do FMI apresentará em breve, e todos sabem que ao se falar da economia brasileira atualmente é difícil empregar adjetivos elogiosos. Talvez um dos poucos dados positivos que o governo possa apresentar seja a ligeira recuperação do nível das reservas cambiais, que voltaram aproximadamente aos 3,9 bilhões de dólares que o presidente José Sarney divulgou ao declarar, a 20 de fevereiro, a suspensão por tempo ilimitado do pagamento da dívida externa. Preocupados, os integrantes da missão do Fundo estavam também com o projeto da ferrovia Norte-Sul, que consideram pouco compatível com um regime de contenção de despesas.

Mudanças no ar — Os itens principais do arsenal brasileiro, porém, deverão ser as opções de um leque para pagamento da dívida. Mesmo os assessores governamentais conhecidos pelo seu pessimismo acham que alguma coisa está de fato mudando na maneira como os principais atores no sistema financeiro internacional encaram a questão do endividamento de países como o Brasil. Resumindo: as velhas soluções não funcionam mais, os governos terão de participar mais, não se pode negar *new money* e muito menos impor sacrifícios pesados demais aos devedores. A reabertura dos acordos do México e das Filipinas reforçam essa tese.

Reduzir o número de bancos credores, livrando-se dos pequenos e médios, seria o primeiro passo para concentrar a discussão da dívida num grêmio menor — mas não necessariamente no comitê de assessoramento de Nova Iorque. “De fato, ele limita nossas opiniões e nos obriga a discutir com empregados”, comenta uma alta fonte do governo, em Brasília. “Nossa idéia é oferecer a eles algumas idéias. Se não aceitarem, podemos partir perfeitamente para negociações diretas.”

As tais idéias incluem, até agora, o esboço de esquemas para converter dívida em investimentos produtivos e a emissão de títulos a longo prazo do governo brasileiro para resgatar parte da dívida. A compra pura e simples de papéis brasileiros — com deságio a ser negociado — em mãos de bancos menores também se estuda. A repatriação da dívida externa através da conversão de débitos em dólar por instrumentos de termos semelhantes em cruzados vem sendo proposta até por banqueiros estrangeiros. Nem eles, porém, acham que o governo brasileiro está na iminência de adotar qualquer decisão revolucionária nesse sentido.

É o mesmo tipo de raciocínio que atualmente impregna todos os participantes das exclusivas rodadas de discussões no prédio do Ministério da Fazenda. Eles acham que os credores externos não estão interessados em negociar sob as presentes circunstâncias — isto é, não sabem prever qual é a estabilidade do governo. “É no lado político o problema”, comenta uma importante fonte da Fazenda. “Por enquanto é impossível implementar qualquer coisa.”